**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

**CONSULTA PÚBLICA N° 23/2019 (de 28/10/2019 a 11/11/2019)**

**NOME/RAZÃO SOCIAL: PLURAL - Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência**

|  |  |
| --- | --- |
|  ( ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário |  ( X ) representante órgão de classe ou associação ( ) representante de instituição governamental ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor |
| Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, de que trata o art. 14 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e altera a Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018. |
| **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** |
|  Art. 2º  |  Art. 2º Para os fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:I - Créditos de Descarbonização (CBIOs): instrumento registrado sob a forma escritural, para fins de comprovação da meta individual do distribuidor de combustíveis de que trata o art. 7º da Lei nº 13.576, de 2017;II - Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP): documento que visa a aglutinar em grupos homogêneos nos documentos e livros fiscais, nas guias de informação e em todas as análises de dados, as operações e prestações realizadas pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, conforme estabelecido pelo art. 5º do Convênio S/Nº do Ministério da Economia, de 15 de dezembro de 1970; **Novo item –** **emissor primário: produtor ou importador de biocombustível, autorizado pela ANP, habilitado a solicitar a emissão de Crédito de Descarbonização em quantidade proporcional ao volume de biocombustível produzido ou importado e comercializado, relativamente à Nota de Eficiência Energético-Ambiental constante do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, conforme art. 5º, VII da Lei nº 13.576, de 2017**III - escrituração de CBIO: emissão de Créditos de Descarbonização escriturais por banco ou instituição financeira contratada pelo produtor ou pelo importador de biocombustível em nome do emissor primário; IV - lastro para emissão de CBIO: informações necessárias para emissão CBIO de acordo com o art. 14 da Lei 13.576, de 2017; eV - Plataforma CBIO: ferramenta a ser disponibilizada por empresa contratada pela ANP para hospedagem da Plataforma CBIO que gerará as informações necessárias para emissão de CBIOs. |  A fim de se evitar dúvidas, é prudente que se repita a definição legal de “emissor primário”Não está clara a atuação do Escriturador no item “escrituração de CBIO”: quais as suas responsabilidades perante o programa e sanções aplicáveis? |
|  Art. 4º  |  Art. 4º Para geração de lastro de emissão de CBIO, o emissor primário deverá solicitar a escrituração dos CBIOs através da Plataforma CBIO, dentro do prazo de sessenta dias da data da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que comprove a comercialização do biocombustível por ele produzido ou importado . | Para a importação, como será demonstrada a certificação do exportador? Apenas a NF da posterior comercialização do produto importado é suficiente? |
|  Art. 4º  | **Novo parágrafo. Não haverá cancelamento de CBIO regularmente emitido nos termos desta Resolução, ainda que haja alteração ou cancelamento superveniente da nota fiscal que confere lastro ao título, devendo o emissor primário providenciar novo lastro elegível de acreditação ao Programa do Renovabio”** | Inclusão da disposição a fim de conferir estabilidade para o mercado de CBIOs |
|  Art. 5º  |  Art. 5º As seguintes condições serão consideradas para a geração de lastro para emissão de CBIOs :I - NF-e informada na solicitação deverá:a) possuir chave de acesso válida, para conferência na Receita Federal;b) ser válida, sem devolução ou cancelamento posterior;c) contemplar biocombustível;d) conter comprovante de recebimento do produto pelo destinatário; ee) não ter sido objeto de solicitação anterior de emissão de lastro;II - a solicitação da emissão de lastro de CBIO deverá ocorrer após quinze dias e até sessenta dias da data de emissão da nota fiscal de venda do biocombustível pelo emissor primário;III - o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) constante da NF-e deverá representar apenas operações que indiquem venda; remessa de entrega futura; venda de produção do estabelecimento entregue ao destinatário por conta e ordem do adquirente originário, em venda à ordem; ou transferência de produção do estabelecimento do produtor para terceiros ou para outra unidade produtora da mesma empresa; conforme Anexo; eIV - o destinatário da NF-e deverá ser **~~agente econômico autorizado~~** **distribuidor de combustíveis autorizado** pela ANP.Parágrafo único. No caso de comercialização de biometano, o destinatário de que o inciso IV deste artigo poderá ser agente cadastrado pela ANP.  | Deixar claro que a revenda não é parte deste Programa, e que somente as notas fiscais emitidas para distribuidores de combustíveis serão consideradas para geração de lastro. |
|  Art. 6º  |  Art. 6º Não serão consideradas para fins de geração de lastro para emissão de CBIOs:I - as operações cujo CFOP indicar comercialização de biocombustível para industrialização ou exportação do produto;II - a comercialização, por unidade produtora de biocombustível adquirido ou recebido de terceiros, após reprocessamento, independente da destinação dada ao produto; ouIII - as operações de venda de biocombustível realizadas entre produtores de biocombustível ou entre produtor de biocombustível e empresa comercializadora de etanol que tenham sua destinação final alterada para o mercado não combustível. Parágrafo único. As operações de que trata o inciso III deverão ser informadas à ANP. | Não está claro como será garantida a verificação da destinação final:As operações serão informadas à ANP por quem? Em que momento? O que ocorre em caso de geração de lastro e posterior alteração da destinação para o mercado não combustível?Quem fará esta conferência e com qual periodicidade? |
|  Art. 7º  | Art. 7º Poderão ter acesso à Plataforma CBIO :I - o emissor primário; II - o escriturador dos CBIOs;III - a entidade administradora do mercado organizado do CBIO;**Novo item – distribuidores de combustíveis;** eIV - a ANP e os órgãos de controle. | É necessário garantir a transparência do programa a todo o mercado quanto à geração de lastro e escrituração dos créditos de descarbonização.Falta disciplinar as responsabilidades dos agentes, bem como as penalidades aplicáveis, para essa questão do lastro.Inclusão de acesso ao portal para as distribuidoras, especialmente considerando que estas são parte obrigada e precisam ter a exata dimensão da oferta para identificar a capacidade de atendimento de suas metas.  |
| Art. 9º e Art. 10 | Art. 9º O emissor primário terá acesso à Plataforma CBIO para:I - solicitar emissão de lastro de CBIOs; eII - consultar lastros de CBIOs emitidos e a serem emitidos.Parágrafo único. Será concedido acesso à Plataforma CBIO ao emissor primário mediante celebração de contrato administrativo com a empresa contratada pela ANP para hospedagem da Plataforma CBIO. Art. 10. O escriturador de CBIOs terá acesso à Plataforma CBIO para:I - consultar lastros de CBIOs dos emissores primários com quem tenha contrato; eII - enviar informações de CBIOs escriturados e aposentados.**Novo artigo. O distribuidor de combustíveis terá acesso à Plataforma CBIO para:****I - consultar volume total de CBIO’s homologados e informações atinentes ao cumprimento de suas obrigações;****Novo artigo. A ANP e os órgãos de controle terão acesso à Plataforma CBIO para:****I – consultar informações quanto à geração de lastro e escrituração de CBIOs de modo a subsidiar ações de acompanhamento e fiscalização do processo;** | Será necessária a inclusão de novo artigo para determinar as funções disponíveis para os distribuidores, tal como existe para o emissor primário e para o escriturador.O perfil de acesso das distribuidoras poderá ser limitado a consultas de volume total de CBIO’s homologados e informações atinentes ao cumprimento de suas obrigações.Será necessária a inclusão de novo artigo para estabelecer os objetivos da concessão de acesso à ANP e aos órgãos de controle, tal como existe para o emissor primário e para o escriturador. |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub\_qualidade@anp.gov.br, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.